



Política de Privacidade Fundação São Vicente de Paulo

1. Introdução

A Fundação São Vicente de Paulo zela e mantém o compromisso em proteger a privacidade e confidencialidade das informações pessoais que são compartilhadas pelos seus beneficiários e pacientes. Em atendimento a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.13.709/2018 - LGPD), que entrou em vigor em setembro de 2020, a Fundação vem implementar a sua Política de Privacidade, viabilizando o cumprimento das exigências legais.

Recomendamos a leitura cuidadosa deste documento.

2. Glossário

Banco de dados: Conjunto estruturado de dados, localizado em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

Cookies: São arquivos de informação que são armazenados no seu computador ou dispositivos móveis através do navegador de internet (browser). Estes arquivos permitem que, durante um período de tempo, um website "se lembre" das suas ações e preferências registradas durante a navegação.

Dados pessoais: qualquer informação ou conjunto de informações que se refira a uma pessoa física identificada ou identificável.

Dados pessoais sensíveis: Dado pessoal que faz menção à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa.

IP (Internet Protocol): conjunto de números que identifica o computador do usuário na Internet;

LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

Rede própria: Unidades de atendimento que são de propriedade e administração da Fundação (hospitais, centros clínicos, laboratórios, Medicina Preventiva, Centro de Fisioterapia, Centros de Oftalmologia entre outros).

Titular do dado: pessoa a quem o dado pessoal pertence.

Tratamento de dados: Toda ação realizada com dados pessoais, como: a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados.



3. Dados Coletados e tratados

A Fundação poderá tratar dados pessoais dos: (I) beneficiários de seus planos de saúde por meio de rede própria e/ou credenciada e (II) pacientes atendidos por meio de sua rede própria.

Dessa forma, há o tratamento de dados:

- a) Fornecidos pelo titular, ou seu representante, obtidos em virtude do contrato firmado com a Fundação como por exemplo: nome completo, RG, CPF, endereço, e-mail, nome da mãe, telefone, número da conta corrente e agência bancária, entre outros e dados pessoais sensíveis como dados de saúde, da vida sexual, dado genético ou biométrico.
- b) Dados coletados automaticamente devido a navegação nos sites e aplicativos da Fundação, como o por exemplo o endereço de IP, informações sobre cliques, páginas acessadas, as páginas seguintes acessadas após a saída das Páginas, ou qualquer termo de procura digitado nos sites ou em referência a estes, dentre outros.

4. Finalidade de tratamento dos dados pessoais

A Fundação trata os dados pessoais para as finalidades abaixo indicadas:

- a) Para realizar as tratativas prévias à celebração do Contrato de Prestação de Serviços de Assistência à Saúde e/ou Odontológica necessárias à elaboração de proposta comercial.
- b) Para prestar cuidados de saúde, conforme a execução do Contrato de Prestação de Serviços de Assistência à Saúde e/ou Odontológica seja por meio de rede própria e/ou credenciada a depender do produto contratado.
- c) Para a prestação de serviços médicos através da rede própria da Fundação.
- d) Para a prestação de serviços de atendimento médico por meio da Telemedicina.
- e) Para cumprir obrigações legais ou regulatórias estabelecidas pelos órgãos reguladores das atividades da Fundação, como a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Receita Federal, entre outras.
- f) Para o exercício do direito de defesa em processo administrativo, judicial ou arbitral, incluindo a resposta a reclamações feitas perante a ouvidoria, compliance, central de atendimento da Fundação, órgãos de defesa do consumidor como Procons, IDEC, Ministério Público e demais órgãos fiscalizadores.
- g) Para confirmar a identificação do beneficiário e/ou paciente, investigar e prevenir possíveis infrações, irregularidades ou fraudes e, também, conduzir auditorias.
- h) Para desenvolver e aperfeiçoar os recursos e as funcionalidades dos sites, aplicativos, produtos e serviços da Fundação, para proporcionar uma melhor experiência para você.



5. Tratamento de dados de criança e adolescente

Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados, o tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, assim como o tratamento dos dados deverá ser realizado mediante consentimento específico e em destaque por pelo menos um dos pais ou seu representante legal. Portanto, a Fundação tratará os dados pessoais que lhe forem confiados em estrita observância das regras previstas na Lei 13.709/2018 (LGPD).

6. Cookies

A Fundação utiliza cookies para facilitar o uso e melhor adaptar as páginas aos seus interesses e necessidades, bem como para compilarmos informações sobre a utilização de páginas, auxiliando a melhorar suas estruturas e seus conteúdos. Os cookies também podem ser utilizados para acelerar suas atividades e experiências futuras nas páginas. A coleta de cookies pela Fundação pode ser aceita ou revogada sempre que o usuário visita a página.

7. Retenção de informações pessoais após término do contrato

A manutenção dos dados após o término da relação contratual se dará pelo prazo necessário para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória, especificamente em relação aos dados pessoais contidos nos prontuários médicos, o período legal de armazenamento é de 20 anos a partir do último registro, conforme disposto no art. 6º da Lei nº 13.787/2018, que também atende às exigências do artigo 10, inciso I, da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). E para o exercício de direito de defesa em processo judicial, administrativo ou arbitral, ou ainda, em determinadas situações, no legítimo interesse da Fundação para evitar fraudes e outras violações à legislação.

8. Compartilhamento dos dados pessoais

Os dados pessoais poderão ser compartilhados entre os setores da Fundação, sempre conforme a finalidade da sua coleta e restringindo-se aos profissionais que deles necessitem, a fim de proporcionar, direta ou indiretamente, a prestação de serviços integrados de saúde. Ademais, também poderão ser compartilhados com fornecedores e prestadores de serviços essenciais para as atividades da Fundação, que também possuem a obrigação de garantir o sigilo e confidencialidade de dados, e também autoridades e órgãos governamentais em função de obrigações impostas em leis ou regulamentos.

9. Transferência internacional de dados

A Fundação não aluga, vende e tampouco libera dados a terceiros com a finalidade de permitir qualquer comercialização de seus serviços. Mas os dados pessoais poderão ser compartilhados com empresas parceiras e/ou fornecedores da Fundação que hospedam dados no exterior. Nestas situações as empresas envolvidas devem seguir as diretrizes da legislação brasileira de proteção de dados e medidas de Segurança da Informação exigidas pela Fundação.



10. Segurança e integridade dos dados pessoais

Internamente são estritamente observadas as diretrizes previstas na Política de Segurança da Informação, instrumento que é constantemente atualizado para melhorar a experiência e manter a segurança dos dados pessoais do titular. Assim, garantindo medidas de segurança para a salvaguarda das informações pessoais contra uso indevido, acesso não autorizado, alteração ou perda.

11. Direitos dos titulares de dados pessoais

Em cumprimento à legislação nacional de proteção de dados a Fundação empenhará os seus melhores esforços para resguardar e garantir os direitos dos titulares de dados pessoais. A LGPD garante aos titulares de dados pessoais os seguintes direitos:

- a) A confirmação da existência de tratamento;
- b) O acesso aos dados;
- c) A correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- d) A anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade;
- e) A portabilidade de seus dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa pelo Usuário;
- f) A eliminação dos dados tratados com consentimento do Usuário;
- g) A obtenção de informações sobre as entidades públicas ou privadas com as quais a Fundação compartilhou seus dados;
- h) A informação sobre a possibilidade de não fornecer o seu consentimento, bem como de ser informado sobre as consequências, em caso de negativa; e,
- i) A revogação do consentimento.

A Fundação respeita os direitos do titular de dados pessoais razão pela qual sempre atuará no sentido de que este tenha conhecimento e transparência sobre os seus dados e o modo como eles são tratados. Assim, solicitações referentes a dados pessoais poderão ser realizadas através do seguinte endereço eletrônico: contato@fundacaosvposs.com.br

O atendimento a estas solicitações será precedido da análise da legislação aplicável pela Fundação, e na impossibilidade de atendimento, as respostas serão justificadas. Além disso, mesmo em caso de requisição de exclusão, será respeitado o prazo mínimo de informações de usuários de aplicações de Internet, determinado pela legislação brasileira.

12. Atualizações desta política

Estamos em constante aprimoramento, por isso esta Política poderá ser atualizada a qualquer



momento, visando prover mais segurança, conveniência e melhorar o provimento dos serviços disponibilizados. Para ter conhecimento dos termos atualizados, acesse o nosso site.

13. Informações de contato para assuntos de privacidade e proteção de dados

Você pode direcionar suas dúvidas e solicitações por meio do contato contato@fundacaosvposs.com.br.

14. Mais Informações

Para obter mais informações sobre a LGPD acesse a lei na íntegra ou cartilhas/páginas contendo informações disponibilizadas ao público por órgãos e agências reguladoras.

- a) Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Acesso em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm
- b) Cartilha da ANS - Acesso em:
https://www.ans.gov.br/images/stories/acessoainformacao/Cartilha_LGPD_r2.pdf
- c) LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais | Serpro – Acesso em:
<https://www.serpro.gov.br/lgpd>